#5

APINFO

Federação Nacional dos Apicultores de Portugal

informar para melhorar

outubro | 2017

Apoios aos apicultores afetados pelos incêndios

REPORTAGEM

Apicultores reclamam mais apoios
e proteção do mel europeu

ENTREVISTA

«É necessário inovar para diluir o risco do negócio»

Miguel Vilas Boas, especialista em Tecnologia Apícola

editorial

Reagir após os incêndios e perante a seca

O ano de 2017 ficará para a história como um ano negro para Portugal e para a Apicultura Nacional, na sequência dos piores incêndios de que há memória na história do país. Conta-se a perda inadmissível e irreparável de mais de 100 vidas humanas, entre as quais alguns apicultores, mas também a maior área ardida de sempre, com o consequente desaparecimento de uma grande área de pasto para as abelhas.

Agora é tempo de reagir a toda esta devastação e de reerguer o país. A FNAP está, junto com as suas associadas, a envidar esforços para a recolha de informação sobre todos os prejuízos diretos e indiretos dos incêndios do verão e outono de 2017, que suportará a elaboração de um documento de síntese e proposta de atuação que entregará a todas as entidades competentes, procurando com isso minimizar todos os danos e perdas sofridos pelos apicultores nacionais.

Conforme informamos nesta edição da *Apinfo*, os apicultores atingidos pelos incêndios podem candidatar-se aos apoios da Operação 6.2.2. "Restabelecimento do potencial produtivo" do PDR2020.

Menos dramática, mas igualmente preocupante é a seca que assola o país há vários meses, com consequências nefastas para a produção de mel. Neste caso, o Governo criou uma linha de crédito garantida que pretende compensar o aumento dos custos de produção resultantes da seca, nomeadamente os custos relativos à alimentação das colmeias, devido à escassez de pastagens. Conheça os montantes e as condições do apoio mais à frente nesta edição.

Boa leitura!

índice

CONSULTÓRIO TÉCNICO

3 Que passos devem ser dados por um apicultor que queira produzir sob o Modo de Produção Biológico?

NOTÍCIAS

4 Incêndios florestais de 2017 – os piores de sempre

4 Apicultores atingidos pelos incêndios podem candidatar-se à Operação 6.2.2. "Restabelecimento do potencial produtivo" do PDR2020

5 Apicultura contemplada nos apoios para mitigar prejuízos da seca

5 AGENDA

REPORTAGEM

6 Apicultores reclamam mais apoios e proteção do mel europeu

9 Propolis ajuda na conservação prolongada de peras

ENTREVISTA

10 «As doenças das abelhas estão a ser corretamente controladas pelos apicultores», **Graça Mariano, Subdiretora-Geral de Alimentação e Veterinária**

14 «É necessário inovar para diluir o risco do negócio», **Miguel Vilas Boas, especialista em tecnologia apícola e diretor da ESA Bragança**

ESPAÇO ASSOCIADOS

17 AASACV - Associação de Apicultores do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

consultório técnico

Que passos devem ser dados por um apicultor que queira produzir sob o Modo de Produção Biológico?*

O Modo Produção Biológico (MPB) rege-se por um conjunto de disposições comunitárias, nomeadamente o Reg. (CE) n.°834/2007 do Conselho e congrega uma postura comum entre todas as atividades agrícolas que sustente a saúde dos solos, dos ecossistemas e das pessoas. Baseia-se em processos ecológicos, na biodiversidade e em ciclos adaptados às condições locais, em detrimento do uso de fatores de produção com efeitos adversos. A agricultura biológica combina tradição, inovação e ciência para o benefício do meio ambiente comum e promove as relações justas e uma boa qualidade de vida para todos os envolvidos.

Para além da mais-valia económica dos produtos produzidos, utilizar esta certificação significa também adotar uma atitude de respeito aos princípios de base da Agricultura Biológica:

1. O PRINCÍPIO DA SAÚDE
   A Agricultura Biológica deverá manter e melhorar a qualidade dos solos, assim como a saúde das plantas, dos animais, dos seres humanos e do planeta como organismo uno e indivisível.
2. O PRINCÍPIO DA ECOLOGIA
   A Agricultura Biológica deverá basear-se nos sistemas ecológicos vivos e nos seus ciclos, trabalhando com eles, imitando-os e contribuindo para a sua sustentabilidade.
3. O PRINCÍPIO DA JUSTIÇA
   A Agricultura Biológica deverá basear-se em relações justas no que diz respeito ao ambiente comum e às oportunidades de vida.
4. O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO
   A Agricultura Biológica deverá ser gerida de uma forma cautelosa e responsável, de modo a proteger o ambiente, a saúde e o bem-estar das gerações atuais e futuras.

O Processo de Certificação em 4 passos

O incumprimento dos requisitos necessários à certificação é em muitos casos resultado de deficiente informação sobre as condições para ser um produtor em MPB. O primeiro passo do apicultor que pretenda ser apicultor em MPB é a consulta atenta da legislação consolidada relativa à produção biológica, nomeadamente o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho e do Regulamento (CE) n.º 889/2008 da Comissão.

Tomada a decisão consciente de produzir em MPB, deve o apicultor contatar os Organismos de Controlo e Certificação para o Modo de Produção Biológico competentes para a contratualização de todo o processo de controlo e certificação. A lista de Entidades competentes está disponível **AQUI**. Os Organismos de Controlo e Certificação devem estar acreditados para o efeito e a contratação dos serviços deve ser consequência de uma decisão informada das condições da prestação do serviço.

Realiza-se então o primeiro controlo oficial das condições para a certificação em MPB pela entidade certificadora contratada, que deverá incidir sobre dois pontos essenciais:

a) as condições físicas dos apiários e locais de processamento dos produtos apícolas: nomeadamente avaliação das culturas e atividades poluentes nas áreas envolventes; condições de higiene e segurança; verificação de materiais utilizados e naturalmente a observação das colónias de abelhas;

b) controlo documental de cumprimento legal ao exercício da atividade apícola.

Finalmente, e com o relatório do controlo positivo à certificação, deve o apicultor proceder à notificação da Autoridade Competente em matéria de Modo de Produção Biológico pela submissão desta Formulário.

A certificação em MPB é representada pelo símbolo europeu "eurofolha". Este símbolo, largamente difundido pelos países da UE União Europeia, é reconhecido pelos consumidores como um selo de garantia dum modo de produção ético e sustentável, em respeito pela natureza e bem-estar animal. Produzir em MPB é um processo contínuo de alteração de comportamentos dos produtores na escolha das opções de maneio e dos fatores de produção. O grau de confiança dos consumidores no mecanismo de certificação é elevado e traduz a preferência por produtos produzidos em rigor pelas boas práticas; sujeitos a um controlo independente; embalados em condições adequadas e com conhecimento inequívoco da sua origem.

Esta informação pode ser complementada pela leitura do Guia de Certificação - Apicultura em Modo de Produção Biológico, e do Manual de Apicultura em Modo de Produção Biológico, ambos editados pela FNAP.

*Questão remetida à FNAP por Vasco Lopes

A certificação em MPB é representada pelo símbolo europeu "eurofolha"

Incêndios florestais de 2017 – os piores de sempre

Num ano que ficará indelevelmente marcado pelos inúmeros incêndios florestais que devastaram mais de 500.000 ha de floresta, Portugal vê-se perante um conjunto de desafios de elevada complexidade. Desafios que abrangem o setor florestal, mas também o setor apícola.

A época de incêndios florestais de 2017 ficará obviamente marcada pelas perdas de vidas humanas, tendo o setor apícola a lamentar a irreparável perda de apicultores nestes incêndios, mas também pela maior área ardida de sempre, com o consequente desaparecimento de uma grande área de pasto para as abelhas.

As consequências catastróficas dos incêndios florestais ultrapassam as perdas imediatas, e de fácil associação de que é exemplo a perca das colónias de abelhas. Aos produtores apícolas com explorações afetadas pelos incêndios, é imposto um momento de análise dos prejuízos devendo ser dada especial atenção às seguintes situações:

a) Contabilização das perdas de colmeias;

b) Contabilização das colmeias retiradas ou poupadas nas áreas ardidas e que se encontram numa situação de risco de sobrevivência;

c) Impacto nas metas previstas nos planos de execução em explorações detidas por apicultores com projeto de jovem agricultor em execução;

d) Identificação de potenciais situações de perda ou alteração da identidade dos produtos apícolas endógenos, consequência da destruição da floração autóctone existente;

e) Identificação de soluções alternativas para assegurar a vitalidade das colónias sobreviventes;

f) Identificar todas as outras situações relevantes.

Toda a fileira apícola está a atravessar um período de reflexão onde a conduta dos agentes ativos deverá ser focada na recuperação de um sector que se espera dinamizador para o restabelecimento do equilíbrio ecológico das áreas ardidas. A FNAP está junto com as suas associadas, a envidar esforços para a recolha de informação sobre todos os prejuízos diretos e indiretos dos incêndios no verão de 2017, que suportará a elaboração de um documento de síntese e proposta de atuação que entregará a todas as entidades competentes, procurando com isso minimizar todos os danos e perdas sofridos pelos apicultores nacionais. Este documento incluirá também propostas de atuação ao nível da gestão florestal, nomeadamente ao nível da manutenção e melhoria da diversidade da flora apícola na floresta portuguesa, e da imposição de medidas, como a utilização de compassos de plantação e de técnicas de limpeza, apropriados e que favoreçam a ocupação de estrato herbáceo e arbustivo dos solos florestais por espécies com valor apícola.

Foto: Diário de Leiria

Apicultores atingidos pelos incêndios podem candidatar-se à Operação 6.2.2. "Restabelecimento do potencial produtivo" do PDR2020

Para efeitos de candidatura ao apoio à reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações apícolas danificadas em enquadramento no PDR2020 – "Operação 6.2.2 – Restabelecimento do Potencial Produtivo" é necessária a submissão do Formulário de Declaração de Prejuízos, disponibilizado nos seguintes links, pelas DRAP do Norte, Centro (incêsndios de Outubro) e Lisboa e Vale do Tejo (Julho e Agosto – Concelhos de Abrantes, Ferreira do Zêzere, Mação e Sardoal):

DRAP Norte:
http://www.drapnorte.pt/drapn/incendios/declaracoes_incendios_102017_drapn.php

DRAP Centro:
http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/especial/declaracoes_incendios_102017_drapc.php

DRAP LVT:
http://www.draplvt.mamaot.pt/DRAPLVT/Comunicacao/Noticias/Pages/Incendios—PDR2020—Operacao-6-2-2—Restabelecimento-do-Potencial-Produtivo-.aspx

Mais se informa que "as despesas são elegíveis após a apresentação da candidatura e estão sujeitas à verificação e validação no local, pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas territorialmente competentes, dos prejuízos declarados pelos beneficiários."

A Declaração de Prejuízos é portanto obrigatória para a submissão posterior de candidaturas à Operação 6.2.2. Restabelecimento potencial produtivo do PDR2020, que o poderá auxiliar na recuperação e capacitação da sua exploração, nos meios necessários à continuidade da atividade.

Aproveitamos para informar todos os apicultores que devem dirigir-se à organização que os representa no sentido de reportarem todos os prejuízos provocados pelos incêndios florestais, bem como devem atualizar a Declaração de Existências, sendo que nestes casos deve ser explicitado o motivo da declaração de alterações como "morte por incêndio".

Apicultura contemplada nos apoios para mitigar prejuízos da seca

O Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR) anunciou a criação da "Linha de crédito garantida para minimização dos efeitos da seca 2017 – Alimentação Animal», na qual se incluem as explorações apícolas.

Trata-se do reconhecimento de que também a Apicultura foi fortemente afetada pela escassez de pastagens que se verifica em Portugal, fruto do prolongado período de seca cujos efeitos ainda se fazem sentir. Com esta linha de crédito garantida, o MAFDR pretende compensar o aumento dos custos de produção resultantes da seca, nomeadamente os custos relativos à alimentação das colmeias, devido à escassez de pastagens.

Esta linha de crédito destina-se a apoiar necessidades de tesouraria, sendo exclusivamente dirigida aos operadores de produção animal. O montante máximo fixado por colmeia é de 5 euros, estando a ajuda limitada ao montante máximo de crédito garantido, de 15 000 euros (quinze mil euros), expressos em equivalente subvenção bruto, conforme previsto na alínea b) do n.º 6 do artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 1408/2013, da Comissão.

Agenda

- X Jornadas do Mel do Alto Minho
  CEA – Centro de Artes e Espetáculos de Vila Nova da Cerveira
  28 de outubro de 2017
  Organização: APIMIL – Associação Apícola do Entre Minho e Lima

- X Fórum internacional da Castanha – Soutos, Cogumelos e Mel
  Auditório do Pavilhão do NERBA
  3 de novembro de 2017
  Organização: Instituto Politécnico de Bragança
  Câmara Municipal de Bragança
  Confraria Ibérica da Castanha

- 10º Encontro Regional de Apicultura
  Auditório da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Faro – Patacão
  7 de novembro de 2017
  Organização: MELGARBE
  DRAP Algarve

- III Jornadas de Apicultura da Rural Castanea
  11 de novembro de 2017
  Vinhais, Bragança
  Organização: Associação do Apicultores do Parque Natural de Montesinho
  Câmara Municipal de Vinhais
  Inclui o 3º Concurso de Mel de Castanheiro da Rural Castanea
  Inscrições até 7 de novembro

- V Congresso Ibérico de Apicultura
  Coimbra - Portugal
  1 a 3 fevereiro de 2018
  Organização: Universidade de Coimbra
  FNAP – Federação Nacional dos Apicultores de Portugal

Apicultores reclamam mais apoios e proteção do mel europeu

No âmbito do XVIII Fórum Nacional de Apicultura, realizado a 9 de Setembro, em Vila Pouca de Aguiar, a Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP) apresentou diversas propostas com vista a aumentar a competitividade do setor apícola.

Sessão de abertura com representantes da FNAP, Aguiar Floresta e Montimel

A principal reivindicação da Federação é o aumento dos apoios da PAC aos apicultores europeus. «*O orçamento da UE para os programas nacionais de apicultura deve ser aumentado em 47,8%, em consonância com o aumento do efetivo apícola, e a PAC pós-2020 deve incluir obrigatóriamente um regime de apoio direto aos apicultores, baseado no número de colmeias*», afirmou João Casaca, técnico da FNAP. Os apicultores europeus recebem apenas 3 milésimos do orçamento da PAC, ou seja, 36 milhões de euros (Portugal tem 1,1 milhões de euros), verba que não é atualizada desde 2014.

Entre 2011 e 2014 o efetivo apícola da UE aumentou 47,8%, mas o valor de financiamento da UE subiu apenas 12%. A produção de mel na UE é estimada em 243.000 toneladas e o consumo em 403.000 toneladas, o que deixa espaço para grande volume de importações. A China é o principal fornecedor de mel à Europa (100.000 toneladas em 2015), exportando mel a preços muito inferiores aos praticados pelos produtores europeus, o que fez com que o preço do mel descesse para metade em 2016, comparativamente com 2014.

A qualidade do mel é outra das preocupações da FNAP, que reclama a adoção de procedimentos de análise laboratorial eficazes para detetar situações de adulterações, que são cada vez mais sofisticadas. Em 2015, a Comissão Europeia ordenou testes centralizados ao mel nos Estados-Membros e concluiu que 20% das amostras eram de mel adulterado. Neste contexto, a FNAP exige que as regras e o controlo atuais sejam estendidos aos exportadores e embaladores de mel de países terceiros e recomenda a obrigatoriedade da indicação do local de origem do mel. «*As menções "misturas de méis" ocultam totalmente ao consumidor a origem do mel que consomem*», explica a FNAP.

Diversificação e Inovação na Produção Apícola

Portugal atingiu em 2016 um número recorde de 700.000 colmeias e os apicultores portugueses são cada vez mais profissionais. No entanto, devido às flutuações do preço do mel no mercado global e à instabilidade da produção, diretamente dependente das condições climáticas de cada ano, é necessário diversificar a produção, apostando em novos produtos além do mel.

A FNAP, em parceria com a Escola Superior Agrária de Bragança, iniciou este ano o projeto "DivInA- Diversificação e Inovação na Produção Apícola", que visa incentivar os apicultores a produzir pólen, própolis, pão-de-abelha e apitoxina (vulgo veneno de abelha), com vista a aumentar a rentabilidade e garantir a sustentabilidade das explorações apícolas. O projeto, que decorre até 2021, inclui 4 fases de execução: instalação de 3 apiários experimentais em Bragança, Vila Real e Lisboa; instalação de 6 apiários de aplicação; desenvolvimento tecnológico dos processos produtivos daqueles produtos da colmeia e elaboração de manuais técnicos e normas de qualidade para regulamentar a produção.

A própolis, por exemplo, é um produto da colmeia com elevado poder anti-oxidante e anti-microbiano que tem diversas aplicações. O seu preço pode atingir 80€/kg. Uma das possíveis utilizações é o uso em recobrimentos comestíveis de frutas. Durante o Fórum foi apresentado

o projeto Re-Pear, que testou recobrimentos contendo própolis em peras Conference e Blanquilha, com resultados positivos na preservação da qualidade da fruta durante a fase de armazenamento.

A inovação tecnológica na gestão da exploração apícola também foi abordada no Fórum, destacando-se o projeto Smart Beekeeping. Investigadores do Instituto Politécnico do Cávado e Ave, em parceria com a FNAP e a APIMIL, estão a desenvolver uma plataforma inteligente integrada – sBee - para controlo da atividade apícola. Esta ferramenta, baseada em sensores integrados nas colmeias e nos fatos dos apicultores, deverá permitir o registo automático das colmeias, autenticação de apicultores, registo e controlo *in loco* das operações de campo, entre outros.

Sessão 1- Graça Mariano (DGAV), Joana Godinho e Maria José Valério (INIAV)

Sanidade apícola

Durante o Fórum foi realizado um ponto de situação acerca das principais pragas e doenças que afetam as abelhas, destacando-se em Portugal uma crescente taxa de prevalência da Varroose e a progressão da vespa velutina em toda a faixa litoral do Minho ao Alentejo. Graça Mariano, Sub-Diretora-Geral de Alimentação e Veterinária, apresentou os resultados do PICOA- Plano Integrado Oficial de Controlo de Apiários, que em 2016 abrangeu 135 apiários e conclui que «*na grande maioria os apicultores portugueses estão de acordo com a legislação vigente*».

O problema de Varroose, que dizimou 1 milhão de colmeias na Península Ibérica na década de 80, requer da parte dos apicultores medidas de controlo nos apiários durante todo o ano e uma estratégia de luta integrada. Angel Diaz, apicultor com 700 colmeias na Andaluzia, sul de Espanha, e membro da COAG, disse que hoje em dia não temos a mesma varroa de há 30 anos, pois este ácaro mudou de hábitos, escondendo-se mais nas crias do que nas abelhas adultas, o que leva o apicultor a subestimar a presença da praga na colmeia. Disse ainda que as colónia de abelhas hoje em dia sucumbem perante uma menor carga de varroa: «*quando nos anos 90 era preciso uma carga de 10.000 a 15.000 varroas para matar a colónias, hoje não suporta mais do que 2.000 varroas*». Angel Diaz apresentou uma estratégia de maneio sanitário-produtivo que envolve a realização de tratamentos (com Ácido Oxálico e Amitraz) desde o momento do início da criação do enxame, em dezembro, até à retirada do enxame em agosto, e novamente no outono após o nascimento de toda a criação. No inverno recomenda a realização do "teste do açúcar" para controlo do nível de infestação das colmeias.

Sessão 2- Angel Diaz (apicultor e representante da COAG) e João Casaca (FNAP)

Uma nova tecnologia está a ser desenvolvida para controlo da vespa velutina através do projeto Arma4Vespa. Consiste no desenvolvimento de armadilhas seletivas em forma de mini-cápsula contendo um agente ativo (inseticida) e um isco (feromona ou aroma) para atrair a vespa. Atraída pelo isco, a vespa levará a capsula para o seu ninho e devido à constituição da cápsula esta será destruída pela própria vespa, fazendo com que o agente ativo seja libertado no interior do ninho, eliminando o inseto predador. O Arma4Vespa é uma parceria do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, com a FNAP e a Apicave.

O XVIII Fórum Nacional de Apicultura foi coorganizado pela FNAP e as suas associadas AguiarFloresta, Capolib e Montimel.

Sessão Cientifica com a presença da UTAD, IPCA, IPB, Inspirália, INL, CIMO e INIAV

Recorde-se que a apicultura é fonte de rendimentos primários ou suplementares para mais de meio milhão de cidadãos europeus e que o valor do setor apícola ultrapassa em muito o valor das suas produções, representando cerca de 14,2 mil milhões de euros, já que 74% da produção alimentar depende da polinização das abelhas, que também contribui para a manutenção do equilíbrio ecológico e diversidade biológica.

Participantes no Fórum

O jantar de encerramento do Fórum incluiu pratos confecionados com mel

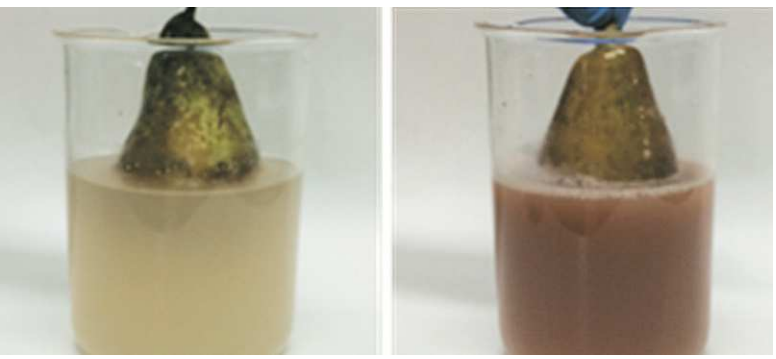
O jantar de encerramento do Fórum

A XVI Feira Nacional do Mel realizou-se em simultâneo com o Fórum

Propolis ajuda na conservação prolongada de peras

A própolis está a ser usada como componente principal em recobrimentos comestíveis com efeito anti-escaldão e antimicrobiano para tratamento pós-colheita de peras. Um projeto europeu de I&D com a participação da FNAP.

As peras são a quarta fruta mais consumida no mundo. Trata-se de um alimento altamente perecível, mas que após a colheita pode ser conservado em câmaras de frio com atmosfera controlada até 10 meses para poder estar à mesa do consumidor todo o ano. Para isso é necessário realizar tratamento pós-colheita nas peras, de modo a evitar processos oxidativos que causam o chamado "escaldão superficial". Trata-se de uma desordem fisiológica que induz o pardeamento da epiderme, embora não afete negativamente nem o sabor nem a textura da fruta. Não obstante, a presença de escaldão impede a comercialização da fruta e inviabiliza o seu valor comercial. Até há pouco tempo, o escaldão superficial era controlado com a aplicação de antioxidantes químicos, como a difenilamina (DPA) e a etoxiquina, mas legislação comunitária recente (Diretiva 2009/128/CE) veio limitar ou proibir a aplicação de produtos anti-escaldão.



Aplicação de recobrimento comestível com própolis na epiderme das peras

Face à ausência de um tratamento eficaz para conservação das peras no mercado, o projeto Re-Pear oferece uma alternativa natural aos produtos químicos, usando própolis como um dos compostos de um recobrimento comestível a aplicar na epiderme das peras. O recobrimento é uma fina camada constituída por compostos naturais que formam uma barreira invisível à respiração da pera, evitando que oxide e perca peso. Além disso, o recobrimento serve para incorporar antioxidantes e agentes antimicrobianos que protegem as peras. A própolis entra neste processo devido à sua atividade antioxidante e antimicrobiana, já comprovada anteriormente em uva-de-mesa, papaia, manga e abacate.

Os investigadores analisaram própolis de diferentes origens geográficas e o seu perfil antioxidante para ser incorporado no recobrimento experimental, concluindo que a própolis oriundo da Península Ibérica apresenta um maior teor antioxidante e em compostos fenólicos do que a própolis proveniente de Itália, do Brasil e da China. Posteriormente a própolis em solução hidroalcoólica foi adicionado a diferentes recobrimentos comestíveis e aplicados em duas variedades de peras, para estudo das suas propriedades como barreira à libertação do etileno (composto da fruta responsável pelo seu amadurecimento) e à incidência do escaldão.

Aplicação de recobrimento comestível com própolis na epiderme das peras

Os investigadores observaram que a ação anti-escaldão dos recobrimentos comestíveis, na variedade Blanquilha, se deve principalmente às suas propiedades antioxidantes, nomeadamente conferidas pela própolis. Por outro lado, na variedade Conference, a redução da produção de etileno deve-se tanto ao potencial antioxidante, como ao efeito barreira do recobrimento, controlando assim o escaldão.

Por tudo isto, a própolis pode ser considerado um candidato com potencial para ser usado na produção de recobrimentos comestíveis com atividade antioxidante e antimicrobiana.

O Re-Pear é um projeto cofinanciado pela União Europeia com duração de 3 anos. É formado por um consórcio europeu composto por três associações: Denominação de Origem Peras de Rincón de Soto (Espanha), FNAP (Portugal) e EUCOFEL (Bélgica), três PME: Soto del Ebro (Espanha), Xeda International (França), HS Luftfilterbrau (Alemanha) e três centros tecnológicos: Universidade de Malta, Instituto de Investigación y Tecnología Agroalimentaria (Espanha) e Tecnologías Avanzadas Inspiralia (Espanha).

entrevista

«As doenças das abelhas estão a ser corretamente controladas pelos apicultores»

Graça Mariano, Subdiretora-Geral de Alimentação e Veterinária, recorda que a sanidade das abelhas deve ser sempre uma das maiores preocupações do apicultor individual e assegura que os controlos efetuados pelo Estado permitem confirmar a segurança do mel.

Para aceder à entrevista integral clique **AQUI**

A DGAV elabora anualmente o Programa Sanitário Apícola, que estabelece, entre outros aspetos de sanidade apícola, requisitos a que devem obedecer as Zonas Controladas. Após mais de 10 anos de implementação das primeiras Zonas Controladas, que avaliação faz a DGAV desta ferramenta e do envolvimento dos apicultores na sua gestão?

Nos últimos 10 anos foram reconhecidas pela DGAV um total de 19 zonas controladas (ver mapa na página seguinte). Consultados os dados provisórios das declarações de existências anuais de 2017, verifica-se que representam um total de 5.499 apicultores e de 322.320 colónias, constituindo assim cerca de 44% do efetivo apícola nacional. Um dos indicadores mais evidentes e quantificável da implementação das entidades gestoras de zonas controladas tem sido o incremento do número de análises laboratoriais efetuadas aos apiários nos últimos 10 anos, de 524 análises realizadas, em 2007, passámos para 5.136 análises, em 2016. Este incremento demonstra o trabalho que tem sido desenvolvido ao nível da sensibilização dos apicultores para a importância das análises laboratoriais, para o correto diagnóstico das doenças nos seus apiários, permitindo assim as necessárias recomendações nas atuações subsequentes. A evolução das doenças tem-se mantido estável e controlada, tratando-se de doenças endémicas a nível nacional, salienta-se também a importância de não terem surgido novas doenças nos últimos anos. Do ponto de vista sanitário, as doenças das abelhas estão a ser corretamente controladas pelos apicultores, nomeadamente a Varroose. Consideramos assim que o trabalho sério e empenhado das organizações de apicultores nacionais e o facto de os próprios apicultores se estarem a profissionalizar nesta atividade, tem contribuído para estes resultados.

A Varroose continua a ser o principal problema sanitário do efetivo apícola nacional. Qual é o impacto desta doença nos apiários portugueses?

A Varroose é considerada uma doença endémica em Portugal e na maior parte da Europa e efetivamente continua a ser o principal problema sanitário do efetivo apícola nacional. A Comissão Europeia considera também que as outras doenças das abelhas apenas surgem devido à fragilidade das colmeias causada pela Varroose, pelo que tem mantido o apoio financeiro para o combate a esta doença, através do Programa Apícola Nacional. Não sendo possível a sua erradicação, devem ser consideradas estratégias globais e concertadas para o seu controlo. Esse controlo deverá ser baseado num conjunto de ações sanitárias orientadas e fundamentadas em fatores analíticos. Estas ações sanitárias só são eficazes no controlo da doença se executadas conjuntamente em função da estratégia definida em função dos indicadores epidemiológicos. Este princípio é fundamental na estratégia de combate que visa atingir objetivos de redução de prevalência, dado que pode existir resistência aos medicamentos se estes forem utilizados de forma arbitrária e sem objetividade científica.

«As outras doenças das abelhas apenas surgem devido à fragilidade das colmeias causada pela Varroose»

Qual é a estratégia de combate à Varroose em Portugal?

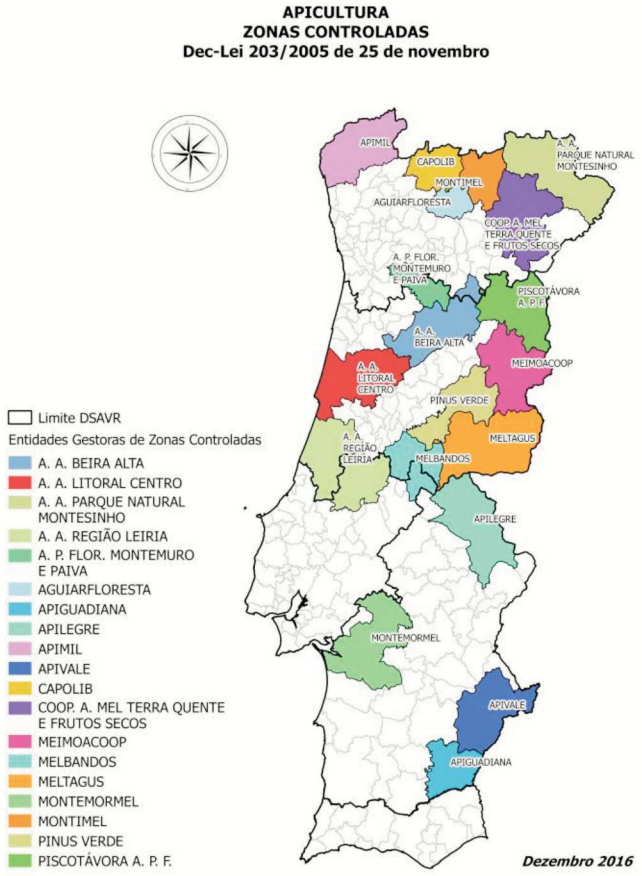
Em Portugal essa estratégia consiste na implementação do programa sanitário da DGAV e na implementação de planos sanitários pelas organizações de apicultores. O Programa Sanitário Anual da DGAV integra o "Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários" (PICOA) que consiste na realização de controlos oficiais a apiários das várias regiões e comunicação de resultados e recomendações ao apicultor. Os Planos Sanitários elaborados e executados pelas organizações de apicultores incluem entre outras medidas, ações de divulgação aos apicultores, visitas aos apiários, distribuição de medicamentos contra a Varroose e colheita de material para análises laboratoriais.

No contexto de uma estratégia sanitária de acordo com os princípios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal, pela Comissão Europeia e pela legislação nacional, a DGAV elaborou o "Plano de Luta Contra a Varroose", que constitui parte integrante do Programa Sanitário Apícola, com o objetivo de constituir uma ferramenta de apoio para os apicultores e as suas organizações na luta contra a Varroose no território nacional. O Plano apresenta recomendações específicas de medidas de cariz higio-sanitário, com principal enfoque numa correta utilização de medicamentos para o tratamento da Varroose, estando atualmente autorizados pela DGAV um total de 13 medicamentos para tratamento da Varroose, e na importância da aplicação concertada e simultânea dos mesmos para uma maior eficácia, através das organizações de apicultores locais.

Que avaliação faz de 20 anos de execução dos sucessivos Programas Apícolas, muito em concreto da atual Medida 2 – Luta contra a Varroose.

O último relatório publicado pela Comissão Europeia em dezembro de 2016 avalia a aplicação das medidas relativas ao setor da apicultura na União Europeia através de programas apícolas nacionais, e refere que " O combate à Varroose e a assistência técnica aos apicultores e às organizações de apicultores foram as duas principais medidas utilizadas (representando, cada uma delas, cerca de 29 % do total das despesas). Relativamente à luta contra a varroose, o mesmo relatório refere que "Tratando-se de uma doença endémica na UE, que não pode ser completamente erradicada, o tratamento das colmeias por métodos e com produtos autorizados é o único meio de evitar as suas consequências."Como conclusão, o relatório refere que "as medidas de mercado adotadas a nível europeu para o setor da apicultura funcionam de forma satisfatória."

Face ao exposto, e não obstante os dados que poderão ser obtidos numa consulta mais exaustiva dos programas nacionais apícolas nacionais dos últimos 20 anos, consideramos que Portugal tem estado sempre em consonância com as políticas europeias de sanidade apícola, que têm vindo a ser implementadas através destes programas, tendo inclusive sido dos primeiros Estados Membros a implementar um sistema de registo obrigatório de apicultores e apiários, atualmente num sistema online, que constitui uma ferramenta essencial de apoio à sanidade apícola nacional.



Zonas Controladas reconhecidas pela DGAV

2.676_ nº de Unidades de Produção Primária de mel em Portugal

Atualmente existe um foco de *Aethina tumida* na Itália, que preocupa bastante os apicultores de toda a União Europeia. Que medidas estão a ser tomadas pela UE, para impedir o alastrar desta doença a toda a União?

Em setembro de 2014, os serviços veterinários oficiais italianos detetaram um foco de *Aethina tumida* na região de Calábria. Em novembro de 2014 confirmou-se a presença de *Aethina tumida* na Sicília, em Siracusa. Até à data, Itália ainda não conseguiu controlar a presença desta doença no país, com milhares de colmeias já destruídas, pelo que está atualmente proibida a expedição de abelhas a partir de Itália. As preocupações dos apicultores com a presença de *Aethina tumida* em Itália são muito pertinentes e amplamente partilhadas pela DGAV, que considera que a Comissão Europeia está a tomar as diligências possíveis para proteção do efetivo apícola dos restantes Estados Membros, com evidências concretas dessa preocupação, que têm sido sistematicamente transmitidas à FNAP. Estas medidas traduzem-se em medidas legislativas (decisões comunitárias) que determinam a proibição de certificação para exportação de abelhas de Itália, bem como em pedidos de reforço da vigilância de todas as entradas de abelhas, dentro da União Europeia e provenientes de Países Terceiros, de modo a evitar a disseminação da doença por outros Estados Membros. Relativamente a Espanha, que detém o maior efetivo apícola da União Europeia e que realiza o maior volume de trocas com Portugal neste âmbito, consideramos que as Autoridades Competentes Espanholas estão a tomar as necessárias medidas sanitárias para salvaguardar o seu efetivo, contribuindo assim, por razões geográficas, para constituir uma barreira adicional de proteção ao efetivo apícola de Portugal.

E em Portugal que medidas preventivas estão ser implementadas quanto à *Aethina tumida*?

A DGAV tem mantido o estado de alerta através do reforço das medidas de vigilância face à possibilidade de entrada da doença no território nacional, e tem promovido a divulgação de informação sobre a doença e sobre as medidas de salvaguarda para evitar a sua introdução em Portugal. As medidas de vigilância consistem essencialmente em capacitar todos os intervenientes na atividade apícola, sobretudo os apicultores, para a deteção imediata e precoce de qualquer suspeita de *Aethina tumida* nos seus apiários, bem como em alertar para os graves riscos desta doença para a apicultura nacional. Esta divulgação tem sido feita regularmente pela DGAV, tendo sido elaborado para o efeito um "Manual de operações para a *Aethina tumida*" e um folheto sobre a doença, que constitui uma ferramenta de apoio à identificação, ou suspeita da presença da *Aethina tumida*. Por outro lado, este tema tem sido abordado em diversas ações de formação, colóquios e encontros, junto das organizações de apicultores, nomeadamente através da FNAP. Tem sido dado particular destaque à sensibilização dos apicultores para que sejam eles próprios a exigir garantias sanitárias aquando da introdução de abelhas nos seus apiários, designadamente no caso de serem provenientes de outros países, com reforço da importância de todas as trocas intra-comunitárias e importações de Países Terceiros virem acompanhados do respetivo certificado sanitário como garantia para a introdução segura de novas abelhas nos apiários nacionais. Adicionalmente às ações acima indicadas, a DGAV envia periodicamente para a FNAP o ponto de situação da doença em Itália, solicitando a respetiva divulgação pelas suas organizações. Do mesmo modo é ainda enviada pela DGAV à FNAP informação proveniente da Comissão Europeia e do Laboratório Europeu de Referência para as doenças das abelhas. Nesta perspetiva, a DGAV tem partilhado toda a informação disponível com a FNAP, que como representante do setor tem efetuado a necessária divulgação junto das organizações no reconhecimento do seu papel junto dos apicultores como fonte de informação e a divulgação de toda a informação sobre a doença, contribuindo assim para a manutenção do necessário nível de alerta face a esta ameaça.

Reforça-se assim a importância de transmitir a todos os apicultores, de que qualquer suspeita de *Aethina tumida* deve ser reportada de imediato à DGAV, porque só uma deteção precoce permite uma atuação imediata e pode permitir suster a sua progressão, para salvaguarda da apicultura nacional.

A espécie invasora predadora de abelhas, *Vespa velutina*, também conhecida por vespa asiática, entrou em Portugal em 2011 no Alto Minho. Atualmente, quais os indicadores de evolução deste predador em Portugal?

Os indicadores da evolução da Vespa velutina encontram-se descritos no relatório sobre a implementação do "Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa Velutina em Portugal" elaborado pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária em setembro de 2017 com os contributos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, da Guarda Nacional Republicana-Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente e da Federação Nacional dos Apicultores de Portugal.

«Qualquer suspeita de *Aethina tumida* deve ser reportada de imediato à DGAV»

Quais as práticas em matéria de sanidade das abelhas em que os apicultores nacionais precisam de evoluir/fazer melhor?

De acordo com os indicadores estatísticos, o setor apícola tem vindo a profissionalizar-se nos últimos anos, com um maior número de colmeias por apicultor. Esta evolução apresenta aspetos positivos de dinâmica para o setor e constitui uma mais-valia do ponto de vista sanitário, uma vez que os aspetos de produtividade e rentabilidade determinam uma gestão higio-sanitária mais eficaz dos apiários. Sem abelhas não há apicultura, pelo que a sanidade das abelhas deve ser sempre uma das maiores preocupações do apicultor individual, integrado no contexto global, preferencialmente numa gestão integrada e concertada com outros apicultores. Esta gestão sanitária concertada é assegurada a nível local pelas organizações de apicultores que dispõem de apoio técnico especializado e qualificado. Todos os esforços devem assim ser concertados na perspetiva de sensibilizar os apicultores individuais a recorrer a apoio técnico especializado junto das organizações de apicultores nacionais, de modo a tornar mais eficiente e integrada a gestão sanitária dos seus apiários, e manterem-se atualizados sobre toda a informação disponível, contribuindo assim para uma melhor vigilância e controlo das doenças.

Um dos objetivos do Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários – PICOA é contribuir para um elevado nível de proteção da segurança dos alimentos. Tendo em conta que, segundo a ASAE, «os resultados do plano de controlo coordenado do mel indicam que a prática de adição de açúcares ao mel está a ocorrer, tanto na UE como em países terceiros», o que está a ser feito pela DGAV para contrariar estas práticas e defender o mel nacional e os consumidores?

A DGAV, no âmbito do controlo efetuado aos estabelecimentos (PACE), realiza, através de controlos regulares, vistorias aos estabelecimentos de extração e processamento de mel (melarias). Faz parte do controlo, a avaliação dos resultados analíticos de qualidade efetuados pelo operador. Importa contudo referir que a ASAE é a Autoridade Competente no âmbito da fraude alimentar, pelo que este controlo será da sua responsabilidade.

Ainda sobre este assunto, que leitura faz a DGAV da evolução que tem tido as Unidades de Produção Primária (UPP) relativamente ao crescimento do nº de explorações apícolas e a sua profissionalização.

Estavam registadas 2.450 UPP, em 2014, e, à data encontram-se registas 2.676 UPP. No que concerne ao n.º de apiários por UPP é uma informação que os apicultores fornecem às Direções de Serviço de Alimentação e Veterinária regionais, apenas aquando do registo, pelo que julgamos que relativamente à oscilação do n.º de apiários será um dado que poderá ser transmitido pelas associações do setor.

Como avalia o mel português quanto à segurança para o consumidor? Que evolução verificou nos últimos anos?

O operador económico é o principal responsável pela segurança dos alimentos que produz. No entanto como referimos acima, a DGAV desenvolve controlos oficiais (PACE) de forma regular como referido e com frequência baseadas no risco dos estabelecimentos. No âmbito do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos, da competência da DGAV é ainda efetuado controlo dos resíduos de medicamentos veterinários ao mel. Somos do parecer que os controlos efetuados pelas AC permitem confirmar que o mel é um alimento seguro.

entrevista

«É necessário inovar para diluir o risco do negócio»

Miguel Vilas Boas, especialista em tecnologia apícola e diretor da Escola Superior Agrária de Bragança, está na origem de muito do progresso registado na Apicultura portuguesa nos últimos 15 anos.

Químico de formação, Miguel Vilas Boas, foi cativado pela Apicultura no início do milénio ao integrar o quadro docente da Escola Superior Agrária de Bragança e como fundador do Centro de Investigação de Montanha (CIMO), criado em 2003.

O seu primeiro trabalho de investigação em Apicultura incidiu sobre o tratamento da varroose com novas moléculas autorizadas em Modo de Produção Biológico (MPB). Recorda que nesse período havia apenas três apicultores e 250 colmeias em MPB, mas passados 15 anos são já centenas os apicultores em MPB e cerca de 50.000 as colmeias certificadas. O maior núcleo de apicultores biológicos surgiu precisamente nas regiões de Trás-os--Montes e do Alentejo, onde este projeto decorreu. Resultou também do trabalho liderado por Miguel Vilas Boas um "Manual Técnico de Apicultura em MPB" e a criação da primeira entidade produtora de cera certificada em MPB – a Associação de Apicultores do Parque Natural de Monte-sinho. «*Isto prova que a investigação tem impacto real na atividade produtiva*», afirma o investigador, dando outro exemplo de transferência de conhecimento para os apicultores: «*conseguimos iniciar alguns núcleos de produção de própolis, contribuímos para ultrapassar as dificuldades de padronização da qualidade desde subproduto, e inclusive facilitámos contatos para comercialização da própolis*».

Miguel Vilas Boas tem dedicado grande parte da sua carreira à investigação da melhoria do modo de produção do mel, à avaliação de problemas sanitários das abelhas (sobretudo varroose e loque americana), e mais recentemente, à diversificação dos produtos da colmeia.

DivInA-Diversificação e Inovação na Produção Apícola

O desafio a que se propõe nos próximos anos é incentivar e cativar os apicultores para produzir pólen, própolis, pão-de-abelha e apitoxina (vulgo veneno de abelha), através do projeto DivInA- Diversificação e Inovação na Produção Apícola, financiado pelo PDR2020 ao abrigo da Operação 1.0.1 - Grupos Operacionais, onde a FNAP é um dos parceiros. Um dos muitos objetivos do projeto é identificar os *timmings* ideais de produção e a rentabilidade dos diversos produtos da colmeia na exploração apícola e elaborar manuais de Boas Práticas para a produção destes produtos.

«Se nos focarmos exclusivamente no mel, estamos mais vulneráveis à volatilidade dos preços e do mercado. É necessário inovar e diversificar para diluir o risco do negócio e estabilizar o rendimento», explica, acrescentando *«na Apicultura há um conjunto de produtos que não competem uns com os outros e há práticas que até são complementares. Pode ser viável reduzir a produção de mel em 15% e investir na produção de apitoxina»*, exemplifica.

Ensaios de campo para avaliação do impacto da dosagem e modo de aplicação de timol

Miguel Vilas Boas é líder do grupo da própolis na Comissão Internacional do Mel, onde coordena vários laboratórios internacionais na avaliação de procedimentos e da qualidade da própolis, também integra a vice-presidência da Apimondia na seção de qualidade e tecnologia de produtos apícolas.

«O setor apícola é coeso e tem voz ativa»

O que justifica a elevada qualidade dos produtos da colmeia portugueses?

Os produtos da colmeia portugueses demarcam-se claramente pela qualidade (...) o baixo nível de industrialização do nosso país e a fraca densidade populacional das zonas rurais são positivas para a Apicultura, porque criam condições para a produção de mel de alta qualidade, seja por inexistência de contaminações ou porque a vegetação espontânea é muito diversificada, com grande variedade floral.

Usar as abelhas para polinização de culturas agrícolas intensivas põe em risco a qualidade do mel?

Desde que haja uma relação de simbiose entre o agricultor e o apicultor e respeito pela regra de não aplicar pesticidas durante a floração, não há prejuízos para as abelhas, nem a qualidade do mel é afetada. Infelizmente, ainda há um grande desconhecimento por parte dos agricultores da mais-valia que representa a polinização por *Apis mellifera* na produção de frutas e hortícolas. Os ganhos de produtividade chegam a atingir os 50% quando as culturas são polinizadas por abelhas.

As alterações climáticas são uma ameaça real à apicultura em Portugal?

Sim, desde logo as alterações climáticas afetam a disponibilidade de flora autóctone de que dependem as abelhas. Consequentemente há uma desregulação da colónia, resultado da dessincronização entre a alimentação disponível e o estado de desenvolvimento deste superorganismo. Cabe ao apicultor regular o comportamento da colónia, ou seja, ter uma atitude mais proactiva. Por exemplo, se a população de um apiário aumentou em demasia e não existe alimento suficiente para a alimentar, devido a uma primavera muito chuvosa, é preciso deslocar algumas colmeias. Por outro lado, os verões amenos geram aumento da população de abelhas mas também do número ácaros parasitoides dentro das colónias, sendo necessário atuar de forma mais rápida no controlo destas pragas, porque os níveis de infestação tornam-se insustentáveis e a colónia colapsa, mesmo sendo forte. A Apicultura é cada vez menos programável e exige muita capacidade de interpretação do comportamento das colónias.

As abelhas em Portugal estão a morrer?

Globalmente a mortalidade das abelhas é um facto, mas há países onde o impacto é nulo ou negativo. Em Portugal a mortalidade das colónias é estimada em 10 a 20% ao ano, mas temos conseguido repor e aumentar o efetivo. As causas da mortalidade são diversas, os pesticidas não são os únicos culpados, o tipo de maneio também influên-

cia a vitalidade da colónia. Em Espanha, por exemplo, faz-se uma exploração massiva da produção de pólen (a fonte proteica das abelhas), o que em conjunto com colocação dos apiários em locais de monofloralidade, faz com que as abelhas fiquem mais débeis e suscetíveis a doenças. Já em França, a principal causa da mortalidade é o uso excessivo de pesticidas.

Como olha para a apicultura nacional na atualidade? Com orgulho ou com preocupação?

A Apicultura é dos poucos setores agrícolas onde produtores, investigadores e legisladores trabalham de forma tão próxima. O setor apícola tem evoluído bastante nos últimos 20 anos e apesar de ser pequeno, é coeso e tem uma voz ativa. O perfil do apicultor português mudou muito, entrou gente jovem no setor, com uma nova dinâmica, recetiva ao conhecimento e à inovação. É claro que há novos problemas sanitários que ameaçam as abelhas, devido à globalização e às alterações climáticas, mas haveremos de encontrar soluções para conviver com eles.

Eficácia da própolis no controlo de loque americana

O mel português é um pequeno tesouro com grandes potencialidades...

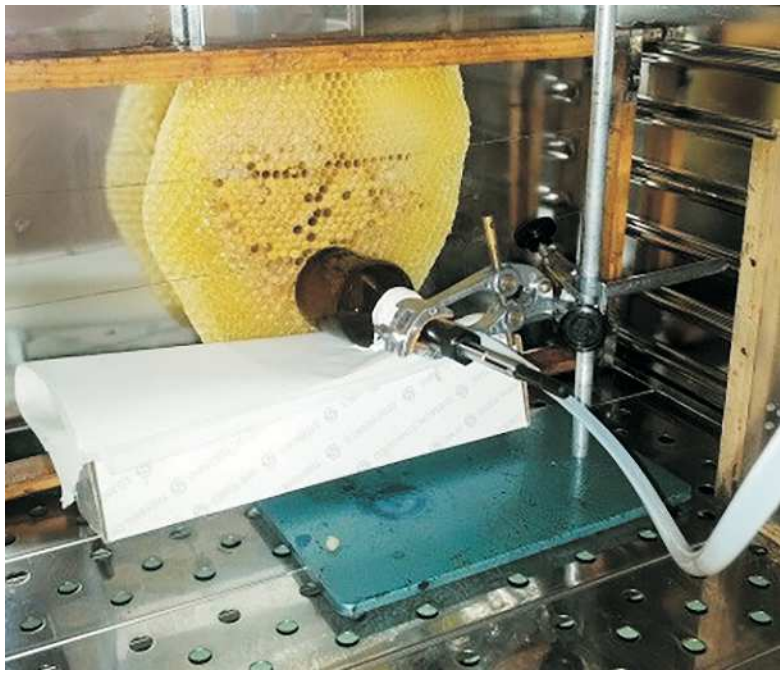
Sim é verdade, mas em Portugal não há uma cultura de consumo de mel, como noutros países da Europa, sobretudo de mel de qualidade. É preciso informar o consumidor das diferenças entre um mel pasteurizado e ultrafiltrado, sem garantia de origem, e um mel de qualidade como o que produzimos em Portugal. Devemos apostar mais na criação de marcas de mel, investir na embalagem e nos rótulos para valorizar o mel nacional.

Qual o valor direto e indireto gerado pela fileira apícola em Portugal?

Estima-se em 50 milhões de euros o valor da produção nacional de mel. Já o valor dos serviços do ecossistema das abelhas (70% a 80% de tudo o que comemos depende da polinização por abelhas) é incalculável, poderá atingir 30 vezes o valor da produção do mel.

Há margem de crescimento para o número de apiários em Portugal?

Acredito que sim, há espaço para isso. Com a instalação de novos apicultores, chegaremos provavelmente a 1 milhão de colónias em Portugal, na próxima década. A evolução será influenciada pelos preços do mel no mercado mundial, ao preço atual é previsível que aumente o número de apiários. À medida que o volume de novos produtos da colmeia aumente as necessidades do mercado vão aumentar.



Análise de semioquímicos larvares

Associação de Apicultores do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
Travessa do Botequim – CEDIA Odemira
Apartado 84
7630-124 Odemira
Tel: 283 322 257

Constituída no cartório notarial de Aljezur a 10 de Março de 1994, a Associação de Apicultores do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (AASACV) é presidida desde sua fundação por Fernando Duarte, um dinâmico apicultor profissional.

Inicialmente visava intervir nos concelhos de Sines, Santiago do Cacém, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo, mas em 2006, por solicitação dos apicultores dos concelhos de Lagos, Monchique, Portimão, Lagoa e Silves, a sua área de intervenção estendeu a estes concelhos.

Atualmente conta com 230 associados, dos quais 180 se mantêm ativos, e que em média detêm 250 colónias cada um.

Com a opção de alguns membros se associarem junto de entidades gestoras de zonas controladas para efeitos de candidatura ao Programa Apícola Nacional, a AASACV representa apenas cerca de metade dos seus associados com efetivos apícola ativos, o que aumenta a média de colónias por apicultor para cerca de 390 colónias.

Quais as principais características dos produtos apícolas da região?

Dada a grande extensão do território, a variedade de méis aqui produzidos também é vasta. Desde os multiflorais aos monoflorais, como o Rosmaninho, Laranjeira, Eucalipto, Medronheiro, todos convergem na excelência da sua qualidade.

Nesta zona, além da habitual cresta de Primavera/Verão, que origina a maioria dos méis multiflorais e monoflorais, méis mais claros e de paladar suave, é possível nas zonas interiores a cresta de méis cuja origem floral assenta nas florações de Outono e Inverno, como as urzes e o eucalipto, dando origem a méis mais escuros e de sabor mais acentuado, ou mesmo amargo, como é o caso do mel de medronheiro.

Mais recentemente e com a crescente industrialização da agricultura de pomares, hortícolas e alguns frutos, a procura das colmeias para a polinização de algumas destas cul-

turas permitiu também que se começasse a obter méis mais «exóticos», como o mel de framboesa.

Além do mel, a qualidade do polén é também muito apreciada, dado que abundam estevas pelas zonas de terrenos marginais.

A água-mel é outro produto tradicional e cada vez mais valorizado, e muitos são os apicultores que mantêm viva esta memória gastronómica tradicional.

Com que desafios se depara atualmente a apicultura na região?

Existem vários desafios com que os apicultores se deparam diariamente, sendo que a inadequação da legislação às necessidades dos apicultores é uma das mais frequentemente referidas.

Entre as preocupações mais frequentes, encontrava-se o facto (felizmente atualmente ultrapassado) de as ajudas comunitárias para a apicultura, que chegam a Portugal através do Programa Apícola Nacional, frequentemente não chegarem a todos os apicultores, especialmente aos que se encontram fora das zonas controladas, nomeadamente no que concerne à ajuda para a aquisição de MUV.

Ao longo dos anos, o trabalho desenvolvido na sensibilização dos apicultores no que respeita à importância da utilização de MUV tem vindo a dar frutos, sendo os apicultores a suportar a totalidade das despesas de aquisição destes produtos para as suas colónias.

A forma de maneio tão habitual da zona, bem como a grande dimensão de algumas das explorações apícolas, torna impossível prever atempadamente os movimentos de colónias, de modo a permitir que os pedidos de deslocação sejam efetuados. Esta é outra das queixas frequentes dos apicultores.

As condições climáticas das últimas campanhas são agora uma nova preocupação. Pelo segundo ano consecutivo, as produções de mel sofreram quebras na ordem dos 60%, o que é visto com grande preocupação por parte dos apicultores profissionais.

A isto tudo ainda se associa a importação de méis de baixa qualidade, que entram no mercado nacional a preços reduzidos, o que é visto com apreensão por parte de alguns apicultores.

O que perspetiva para a fileira apícola nacional nos próximos anos?

O efetivo de colónias continua a aumentar devido ao surgimento de uma nova geração de apicultores, que visa a profissionalização, o que está a desencadear uma renovação do setor.

Apostar na profissionalização e formação dos apicultores é cada vez mais importante, e se a isto associarmos a promoção dos nossos produtos, com a ajuda da mãe natureza, a apicultura será com certeza uma aposta acertada dentro do setor primário.

A água-mel é um produto tradicional cada vez mais valorizado

Propriedade
FNAP - Federação Nacional dos Apicultores de Portugal
Rua Mestre Lima de Freitas, nº 1
1549-012 LISBOA
Tel: 217 100 084

Coordenação Editorial
Nélia Silva | apinfo@fnap.pt

Design Gráfico
MI design | geral.miguelinacio@gmail.com

PDR2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 | PORTUGAL 2020 | UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nas zonas rurais